



# **PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL**

**PAP PCJ 2013 - 2016**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2015**

**E**

**PROGRAMAÇÃO PARA 2016**

**MARÇO/2016**

## **1- INTRODUÇÃO**

Foi aprovado em 14 de dezembro de 2012, como uma das metas para 2012 do Contrato de Gestão celebrado entre a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas – ANA, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ (PAP-PCJ) para o período 2013 a 2016.

O PAP-PCJ 2013-2016 contém programas e subprogramas do Plano de Bacias 2010-2020, priorizados pelos Comitês PCJ, contendo parte das ações possíveis de serem financiadas, com intuito de alcançar as metas intermediárias constantes do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos programas e considerando tais ações como demandas priorizadas.

Todas as ações priorizadas no PAP-PCJ 2013-2016 são de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ. Desde a sua aprovação já ocorreram 2 atualizações, conforme norma constante da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, uma em março de 2014 e outra em março de 2015, em função das atividades realizadas e das demandas surgidas.

O presente documento evidencia, de forma resumida, o relatório sobre a execução do Plano de Aplicação Plurianual PAP PCJ 2013-2016, em especial, para o exercício de 2015. Buscou-se apresentar informações sobre as atividades realizadas, os valores aprovados pelos Comitês PCJ, contratados e executados, bem como a inclusão de ações e remanejamentos de valores propostos em função de solicitações das Câmaras Técnicas e Entidades do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos e que dependem da apreciação da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) e, posteriormente, da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL).

## **2 - DELIBERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ 2013-2016**

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica aprovado o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2013-2016 (PAP-PCJ 2013-2016), baseado nas ações dos Programas de Duração Continuada do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, constante do Anexo I desta deliberação.

**Parágrafo único.** As ações constantes do PAP-PCJ 2013-2016 serão custeadas com recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ), previstos para os próximos 4 anos (exercícios de 2013 a 2016), descontando-se o montante de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), que serão aplicados para financiamento de empreendimentos de Demanda Espontânea no período de 2013 a 2016, nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 164/2012.

**Art. 2º** Caberá à Agência das Bacias PCJ:

- I. Elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas no PAP-PCJ 2013-2016, de acordo com prioridades de demandas;
- II. Contratar e acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016;
- III. **Atualizar, até o dia 31 de março de cada ano,** os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente;
- IV. Propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2013-2016;
- V. Propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ.

**Art. 3º** Fica delegado à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB):

- I. Por meio do seu Grupo de Acompanhamento do Plano (GTacompanhamento), a função de acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016, a serem implementadas pela Agência das Bacias PCJ;
- II. Aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros

envolvidos não ultrapasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016;

- III. Elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016.

**Parágrafo único.** Ocorrendo a rejeição de proposta, pela CT-PB, apresentada nos termos do inciso II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL).

**Art. 4º** Fica delegado à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL):

- I. Aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016;
- II. Apreciar recursos administrativos apresentados pela Agência das Bacias PCJ, conforme disposto no parágrafo único do art. 3º desta deliberação;
- III. Apreciar, até 30 de junho de cada ano, relatório da CT-PB sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016, informando os Plenários dos Comitês PCJ e propondo medidas, quando couber.

**Parágrafo único.** Ocorrendo a rejeição de proposta ou recurso administrativo, pela CT-PL, apresentados nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo aos Plenários dos Comitês PCJ.

### **3 – EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES 2013 A 2015**

A seguir serão apresentadas as ações realizadas pela Agência das Bacias PCJ, no período de 2013 a 2015, a partir da aprovação do PAP PCJ 2013-2016. Pretende-se elencar as contratações mais representativas de cada programa, levando-se em consideração o montante envolvido e a relevância para o cumprimento das ações do Plano de Bacias.

### **3.1 – Exercício 2013**

Em 2013, a contratação das atividades previstas no PAP-PCJ foi lenta em virtude das dificuldades encontradas pela equipe da Agência das Bacias PCJ quanto à preparação de termos de referência, resultando num montante contratado de **R\$5.647.302,65** (cinco milhões e seiscentos e quarenta e sete mil e trezentos e dois reais e sessenta e cinco centavos). Podem ser destacadas 07 ações mais representativas pertencentes a 07 grupos distintos de ações: “Enquadramento dos corpos d’água e Plano de Bacias”, “Plano diretor saneamento básico”, “Serviços ambientais e recomposição florestal”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Cursos e capacitação”, “Cadastro de usuários” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”, a saber:

- 1)** Elaboração de 24 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e 24 Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- 2)** Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora de Projetos”, visando apoio ao gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de investimento já contratadas e a serem contratadas pela Agência das Bacias PCJ;
- 3)** Organização do Prêmio Yara de Comunicação, em comemoração aos 20 anos dos Comitês PCJ;
- 4)** Elaboração de termo de referência para atualização do Plano Diretor Florestal nas Bacias PCJ;
- 5)** Análise de empreendimentos com emissão de parecer técnico no âmbito do processo de seleção e indicação visando a obtenção de recursos FEHIDRO e das Cobranças PCJ;
- 6)** Avaliação do cumprimento das metas do Plano de Bacias nas ações relacionadas ao esgotamento sanitário no período de 2008 a 2012; e
- 7)** Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ.

### **3.2 – Exercício 2014**

Em 2014, a Agência das Bacias PCJ conseguiu agilizar as contratações previstas para o exercício, alcançando o valor de **R\$16.015.334,97** (dezesseis milhões e quinze mil e trezentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos). Pode-se destacar entre os contratos celebrados neste ano, 11 ações relacionadas a 10 grupos distintos: “Sistema de suporte a decisão”, “Enquadramento dos corpos d’água e Plano de Bacias”, “Monitoramento hidrológico e drenagem urbana”, “Educação ambiental e comunicação social”, “Área de proteção e recuperação de mananciais”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Uso racional dos recursos hídricos” “Cursos e capacitação”, “Cadastro de usuários” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”. A seguir são apresentadas as principais atividades contratadas e executadas no exercício:

- 1) Serviços de monitoramento hidrológico para as Bacias PCJ;**
- 2) Financiamento de ações de demanda espontânea para uso racional dos recursos hídricos;**
- 3) Elaboração de 14 Planos Diretores para o combate às perdas em sistema de abastecimento público de água nas Bacias PCJ;**
- 4) Produção de vídeos educacionais junto à Câmara Técnica de Educação Ambiental – CT-EA;**
- 5) Produção de programas on-line personalizados, para transmissão via internet para a “TV PCJ”;**
- 6) Apoio administrativo para a realização das atividades dos Comitês PCJ, incluindo logística e suporte às suas reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas, bem como organização da participação de membros em eventos externos;**
- 7) Implantação e manutenção de sistema integrado de controle financeiro e gerenciamento de projetos contratados com recursos das Cobranças PCJ;**
- 8) Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ;**
- 9) Análise de empreendimentos com emissão de parecer técnico no âmbito do processo de seleção e indicação visando a obtenção de recursos FEHIDRO e das cobranças PCJ;**

**10)** Elaboração de termo de referência para revisão do Plano de Bacias 2010-2020; e

**11)** Elaboração de termo de referência para diagnóstico e projetos visando a recuperação, proteção, conservação e adequação ambiental de áreas localizadas nos municípios de Vinhedo e Analândia.

### **3.3 – Exercício 2015**

Em 2015, a Agência das Bacias PCJ realizou contratações no valor de **R\$19.691.910,89** (dezenove milhões e seiscentos e noventa e um mil e novecentos e dez reais e oitenta e nove centavos), sendo que foram contempladas 17 ações em 09 diferentes grupos do PAP-PCJ, como: “Uso da água no meio rural”, “Educação ambiental e comunicação social”, “Parcerias”, “Serviços ambientais e recomposição florestal”, “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, “Uso racional dos recursos hídricos”, “Cursos e capacitação”, “Cadastro de usuários” e “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ”. As contratações mais relevantes em 2015, foram:

**1)** Suporte técnico e administrativo à análise para emissão de pareceres e apoio logístico para fins de cadastramento, fiscalização e regularização de outorgas de direito de uso nas bacias PCJ e gerenciamento do sistema de informações da cobrança estadual paulista nas Bacias PCJ;

**2)** Contratação de licenças de software de informações geográficas e de serviços de suporte especializado para organização e levantamento de unidade de irrigação e serviços ambientais – LUISA – FASE I;

**3)** Desenvolvimento de estudo piloto para avaliar a implementação de prática de reuso direto;

**4)** Elaboração de projetos executivos visando a recuperação de nascentes e áreas de recarga d’água localizadas no município de Holambra;

**5)** Financiamento de ações de demanda espontânea para uso racional dos recursos hídricos;

**6)** Processamento digital de imagens e confecção de base de dados vetorial georreferenciada na área de interesse do projeto PCJ mineiro, visando diagnóstico ambiental das propriedades rurais;

**7)** Desenvolvimento de pesquisa para avaliação sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ;

**8)** Oferecimento de curso de Pós-Graduação Lato Sensu na área de gestão de recursos hídricos para membros dos Comitês PCJ;

**9)** Monitoramento e avaliação do cumprimento das metas do Plano das Bacias PCJ 2010-2020 referentes às ações de esgotamento sanitário no período 2013-2014;

**10)** Assessoramento técnico para acompanhamento das discussões sobre renovação da outorga do Sistema Cantareira;

**11)** Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora Ambiental/Florestal”, visando o acompanhamento das ações a serem desenvolvidas na área ambiental e florestal na porção paulista das Bacias PCJ;

**12)** Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora PJ”, visando o acompanhamento das ações a serem desenvolvidas na porção mineira das Bacias PCJ;

**13)** Assessoria técnico e administrativa, denominada “Gerenciadora Secretaria Executiva Comitês PCJ”, visando a execução e gerenciamento das atividades da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ;

**14)** Assessoria técnica, denominada “Gerenciadora de projetos”, visando apoio ao gerenciamento e acompanhamento técnico das ações de investimentos já contratadas e a serem contratadas pela Agência das Bacias PCJ;

**15)** Assessoria de imprensa, relações públicas e ações institucionais nas atividades de Agência de Água dos Comitês PCJ;

**16)** Análise de empreendimentos com emissão de parecer técnico no âmbito do processo de seleção e indicação visando a obtenção de recursos FEHIDRO e das Cobranças PCJ;

**17)** Apoio administrativo para a realização das atividades dos Comitês PCJ, incluindo logística e suporte às reuniões Plenárias e das Câmaras Técnicas, bem como organização da participação de membros em eventos externos.

Em relação às atividades ligadas à área ambiental, em especial, ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a Agência das Bacias PCJ em parceria com as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Recurso Naturais (CT-RN) concluiu os trabalhos de definições de procedimentos e uma Política que dará agilidade e



direcionamento para a aplicação mais efetiva dos recursos do PAP-PCJ. Em 23/10/2015, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/15, aprovou-se a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, que dispõe sobre as Ações para Produção e Conservação das Águas, Recuperação e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação de recursos financeiros das Cobranças PCJ e demais fundos financeiros.

Também, neste contexto foi assinado o Protocolo de Intenções da Agência das Bacias PCJ com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA) que irá ajudar em muito nesse processo, principalmente, pelo conhecimento que os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) possuem em relação aos produtores rurais e as propriedades rurais.

Como primeira ação no âmbito deste Protocolo de Intenções a Agência das Bacias PCJ contratou a CODASP para elaborar os Projetos Integrados de Propriedades (PIPs), para as 101 propriedades elencadas no projeto denominado “Nascentes de Holambra”, projeto este que contará também com recursos financeiros da Agência Nacional de Águas –ANA e da Fundação Banco do Brasil para realização das ações.

A seguir é apresentado o **Quadro 1** com a distribuição dos valores contratados por programa do PAP-PCJ 2013-2016.

**Quadro 1 – Contratação por programa do PAP PCJ 2013-2016.**

<b>PROGRAMA</b>	<b>TOTAL PAP-PCJ 2013 – 2016 VIGENTE (R\$)</b>	<b>CONTRATADO 2013-2015 (R\$)</b>	<b>PREVISÃO 2016 (R\$)</b>	<b>TOTAL PAP-PCJ 2013-2016 (R\$)</b>
Sistema de suporte à decisão - SSD	500.000,00	718,20	1.200.000,00	1.200.718,20
Enquadramento dos corpos d'água	5.020.895,75	295.895,75	3.550.000,00	3.845.895,75
Uso da água no meio rural	3.700.000,00	1.225.731,35	1.792.000,00	3.017.731,35
Programa municipal de recursos hídricos	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Monitoramento hidrológico, sala de situação e drenagem urbana	15.509.781,36	7.205.636,14	5.804.145,22	13.009.781,36
Educação ambiental e comunicação social	2.673.228,69	751.879,77	805.000,00	1.556.879,77
Área de proteção e recuperação de mananciais - APRM	1.000.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00
Águas subterrâneas	1.500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00
Plano diretor de saneamento básico	2.376.236,37	2.376.236,37	0,00	2.376.236,37
Poluição difusa, erosão e eutrofização	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Parcerias	6.443.000,00	3.462.045,58	3.978.500,00	7.440.545,58
Pagamento por serviços ambientais	6.612.500,00	531.500,00	4.592.000,00	5.123.500,00
Recuperação qualidade corpos d'água	4.948.765,00	3.269.441,42	2.000.000,00	5.269.441,42
Uso racional dos recursos hídricos	19.945.203,20	19.445.203,20	10.109.253,10	29.554.456,30
Cursos e capacitação	821.820,00	317.820,00	516.380,00	1.234.200,00
Cadastro de usuários	699.634,51	263.684,51	1.050.000,00	1.313.684,51
Desassoreamento	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	4.187.232,16	2.208.756,22	1.999.000,00	4.207.756,22
Reservatórios	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Extração de areia	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>81.638.297,04</b>	<b>R\$ 41.354.548,51</b>	<b>41.396.278,32</b>	<b>83.150.826,83</b>

**Fonte:** Diretoria Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ

#### 4 - REMANEJAMENTOS DE VALORES.

Após três anos de atividades envolvendo o Plano de Aplicação Plurianual PAP-PCJ 2013-2016, diversas atividades já foram contratadas, como explicitadas nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 e outras estão em via de serem contratadas, conforme podemos observar na coluna “Previsão 2016”, do Quadro 1, notadamente, a revisão do Plano das Bacias PCJ, o Plano Diretor de Reflorestamento das Bacias PCJ, a rede hidrometeorológica, as ações relacionadas com a recuperação físico-hídrico e ambiental de propriedades rurais envolvidas em programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) ou não, e ainda Planos Diretores de Combate as Perdas para 22 municípios operados pela SABESP e Planos de Macrodrenagem do Rios Jundiá e Capivari. Desta forma, não houve inclusões de novas ações, somente remanejamento de valores anteriormente alocados e não contratados, com intuito de garantir a efetiva aplicação dos recursos arrecadados.

O remanejamento dos valores está detalhado no ANEXO I deste relatório e somam **R\$7.509.253,10** (sete milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e dez centavos) ou seja **9,03%** do total, sendo portanto, alocados para financiamento de projetos de demanda espontânea.

O **Quadro 2** apresenta a estimativa de arrecadação para o ano de 2016 e as efetivas arrecadações para o período de 2013 a 2015, a fim de apurar o montante a ser aplicado no PAP-PCJ 2013 2016.

Em 2012 quando da aprovação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ foram realizadas estimativas de arrecadação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio federal assim como para os rendimentos de aplicação financeira.

**Quadro 2** – Estimativa de arrecadação e arrecadação efetiva 2013-2016 – em R\$

<b>Grupo</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
Arrecadação	17.376.022,21	18.499.312,64	15.248.046,40	19.000.000,00	70.123.381,25
Rendimentos	3.916.945,79	4.485.629,10	5.309.903,96	5.000.000,00	18.712.478,85
Total parcial	21.292.968,00	22.984.941,74	20.557.950,36	24.000.000,00	88.835.860,10
(-) Custeio	1.361.469,14	1.197.228,00	1.275.336,13	1.851.000,00	5.685.033,27
Total anual	19.931.498,86	21.787.713,74	19.282.614,23	22.149.000,00	83.150.826,83
Total previsão	20.350.000,00	20.350.000,00	20.350.000,00	20.350.000,00	81.400.000,00
<b>Saldo</b>	<b>-418.501,14</b>	<b>1.437.713,74</b>	<b>-1.067.385,77</b>	<b>1.799.000,00</b>	<b>1.750.826,83</b>

**Fonte:** Diretoria Administrativa e Financeira da Agência das Bacias PCJ

Observa-se nos dados acima apresentados que poderá haver, ao final de 2016, receita maior que a estimada em 2012, ano de elaboração do PAP PCJ, considerando os valores efetivamente arrecadados no período de 2013 a 2015 e a estimativa de arrecadação para o exercício de 2016. O montante a ser acrescido nos investimentos para o exercício de 2016 é de **R\$ 1.750.826,83**.

## **5- RESULTADOS E INDICADORES**

Ainda com relação ao Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas- ANA, a Agência das Bacias PCJ realiza uma série de ações, como aquelas dos indicadores abaixo relacionados inseridos no referido Contrato de Gestão:

### **A - Indicador 2 – Planejamento e Gestão:**

Os relatórios aqui descritos são exigências da Agência Nacional de Águas – ANA no âmbito do Contrato de Gestão 03/2011, que foram enviados ao final de janeiro de 2016 à Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão – CACG onde se encontram em análise. O Relatório de Gestão 2015 completo pode ser obtido pelo link: <<http://www.agenciapcj.org.br/docs/relatorios/relatorio-execucao-contrato-de-gestao-bacias-pcj-2015.pdf>>.

### **2A - Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis e Relatório anual de Acompanhamento das ações executadas.**

Os referidos Relatórios podem ser obtidos pelo link: <<http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/relatorio-pesquisa-fontes-recursos-financeiros-2015.pdf>>.

## **2C - Relatório bianual da execução das ações previstas no Plano de Bacias PCJ 2010/2020.**

O relatório completo pode ser obtido através do link: <[http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/monitoramento-e-acompanhamento-metas-plano-bacias-2010-2020\\_2015.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/docs/gestao/monitoramento-e-acompanhamento-metas-plano-bacias-2010-2020_2015.pdf)>.

O Relatório em questão foi realizado nos exercícios de 2013 e 2015. Abaixo segue apenas o item “conclusão” transcrito do relatório da execução das ações previstas no Plano de Bacias PCJ 2010/2020, exercício de 2015 para ilustrar os esforços despendidos por Prefeituras Municipais, Empresas de Saneamento, Governos Estaduais de São Paulo, Minas Gerais, União e de todos os membros dos Comitês PCJ visando o atingimento das metas do Plano das Bacias PCJ.

### **“.... Conclusão**

Com o desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Referência é possível as seguintes conclusões finais sobre o trabalho:

- A divulgação por parte do IBGE dos dados completos do CENSO IBGE 2010 demonstrou que o comportamento da demografia que era utilizada nos planos e projetos de planejamento de longo prazo não condiz com a realidade apresentada pelo CENSO. Para os municípios das Bacias PCJ (ano de 2014), a população estimada pelo IBGE é 1,35% maior que a estimada pelas projeções anteriores. Analisando os municípios caso a caso, notam-se valores muito discrepantes, com sete municípios apresentado diferenças de mais de 20%. - Este fato, torna-se imprescindível a revisão e a atualização das metas do Plano de Bacias 2010-2020, que deverá ocorrer em 2016.
- A atualização da curva de custos indicou que os custos de saneamento (data base Agosto/2013) ficaram 70,69% maiores em relação aos custos estimados quando da elaboração do Plano de Bacias 2010-2020 (Junho/2008).
- Os indicadores de saneamento continuam a mostrar evolução para as Bacias PCJ, passando de 42% em 2008, para 59% em 2012 e atingiram 72% em 2014.

- Analogamente aos valores de coleta e tratamento de esgotos, os indicadores do enquadramento apresentaram um potencial de melhoria considerável, passando de 40% dos trechos enquadrados em 2008 para 51,8% nas condições da simulação para o ano de 2014.
- Estão em execução nos municípios obras para coleta e tratamento de esgoto que atingem o montante de 611 milhões de reais. Estas obras ainda não refletem em melhorias nos indicadores de coleta e tratamento de esgoto.
- Com base nos indicadores de saneamento dos municípios, os valores médios de tratamento de esgoto nas bacias PCJ atingiram a meta proposta. Em termos de enquadramento, considerando todas as premissas da simulação realizada, os valores registrados ficam muito próximos dos valores previstos na meta do plano de bacia, para o cenário possível.
- Os dados coletados indicaram que as projeções feitas pelo Plano de Bacias 2010- 2020 foram bastante realistas, uma vez que grande parte dos recursos de investimento previsto no cenário possível realmente foram aplicados e resultaram em melhorias nos indicadores de coleta e tratamento de esgoto.
- Ressalta-se que com o aumento de população maior que o projetado no Plano de Bacias, a carga orgânica potencial também cresceu na mesma proporção, pressionando as metas de enquadramento.
- O trabalho de monitoramento e acompanhamento das metas do Plano de Bacias mostrou-se um instrumento muito útil para identificar os principais problemas que atrapalham o cumprimento das metas, bem como para apontar iniciativas de alguns municípios que não estavam contemplados no Plano de Bacias.

Os índices estimados para o ano de 2014 foram, em média, muito próximos em relação aos índices registrados, o que demonstra que a disponibilidade financeira é o grande vetor de melhora nos índices de coleta e tratamento de esgoto nos municípios das Bacias PCJ.

Os dados e as conclusões aqui apresentados indicam a importância de constantes revisões nas metas do plano de bacias, uma vez que a quantidade de variáveis que interagem com os recursos hídricos dificulta previsões para longos períodos.

Desta forma, podemos concluir que com a contratação da “Revisão do Plano das Bacias PCJ – 2010-2020” poderá se ter a oportunidade de rever e construir uma nova proposta para o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2017-2020) com ações mais específicas e próximas da realidade das Bacias PCJ, considerando as divergências já apontadas acima, como resultantes das discussões que ocorrerão nesta próxima avaliação.

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**